

**Mídia e violência:
Reflexões sobre as mudanças no cenário jornalístico**

Ana Paula Bandeira*

Suzana Rozendo**

Resumo

Inserido no campo da produção e circulação de sentidos pela mídia, este artigo parte da percepção de que, nas últimas décadas, a maneira como a imprensa cobre os assuntos referentes à violência vem mudando. O objetivo é avaliar formas de como esta transformação ocorre, atualmente, tanto no aspecto de especialização do profissional quanto na maneira de as editorias olharem para o tema, elegendo como objeto de análise a reportagem *Tortura em Domicílio*, do jornal *Diário Catarinense*, que recebeu o Prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos, em 2010. A investigação transita entre as percepções do início do século 20 e dos dias atuais. Interessam aqui as reflexões teóricas de Abramo (1988), Barbosa (2007), Ramos e Paiva (2007) e Sousa (2002), que direcionam o artigo para o entendimento de que o intuito de ganhar audiência segue sob a roupagem de proteção ao cidadão comum.

Palavras-chave: Mídia; Violência; Reportagem policial; Segurança pública, Cobertura de segurança.

Introdução

A tragédia humana comumente atrai a atenção das pessoas e por muito tempo o jornalismo utilizou-se – e em alguns casos ainda se utiliza – deste recurso para atrair audiência. No entanto, nas últimas décadas, a forma como a imprensa cobre os assuntos referentes à violência vem se modificando. Percebe-se que, em muitas coberturas, houve redução da superexposição do público a cenas explícitas de brutalidade e a questão da segurança pública passou a ser considerada fundamental ao estado de direito no Brasil. Por isso, grandes empresas jornalísticas trocaram o nome da editoria Polícia. Exemplo disso é o diário paranaense *Gazeta do Povo*, que

extinguiu a editoria Polícia em 2008 para implantar a Vida Pública, e o *Jornal de Santa Catarina*, que criou a editoria Segurança, em maio de 2007, sob a conceituação de ir além do factual, contextualizando fatos, apontando soluções e editorializando as coberturas. “O próprio nome, Segurança, se propõe mais abrangente que a nomenclatura Polícia, adotada tradicionalmente pelos jornais, pois o *Santa* entende ser necessário aprofundar o debate sobre as razões da criminalidade e os caminhos para combatê-la”. (Opinião do *Santa*, edição de 12 e 13 de maio de 2007, p. 2).

Esta mudança no cenário midiático despertou o interesse de estudiosos para a discussão do tema e tornou-se ambiente fértil para pesquisas elaboradas pela Agência de Notícias dos Direitos da Infância (Andi), que tem o compromisso de contribuir para um jornalismo que denuncia os abusos contra todos os direitos humanos e pela Organização das Nações Unidas (Unesco) para a Educação, a Ciência e a Cultura – cujo principal objetivo é auxiliar a formulação e operacionalização de políticas públicas. Ainda que a mudança de nomenclatura da editoria policial, adotada por vários dos grandes veículos brasileiros, tenha significado um passo em direção à humanização do jornalismo policial, isso significou, de fato, uma mudança na forma de cobertura?

Neste âmbito, Silvia Ramos e Anabela Paiva desenvolveram, ao longo de 2004, uma pesquisa inspirada na metodologia da Andi e publicaram, em 2007, o livro *Mídia e Violência* para ilustrar que os grandes meios de comunicação podem ajudar na construção de uma nova consciência social sobre os Direitos Humanos. O livro realiza uma análise acurada do trabalho desempenhado pela grande mídia impressa nos últimos anos, abordando sua contribuição para o debate do tema. Com base nele, tentaremos, ao longo do presente artigo, refletir sobre algumas questões. Como os jornais cobrem violência, segurança pública, crime e polícia? É possível melhorar essa cobertura? Na atualidade, com o suporte tecnológico e os manuais de ética que os meios de comunicação dispõem, é possível observar aprimoramentos substanciais na cobertura dessa temática? Que padrões éticos e jornalísticos têm sido adotados nas redações, a fim de não espetacularizar a violência, tampouco subjugar o tema?

Em busca de respostas para indagações dessa natureza, há um grande debate e as opiniões são variadas. Ramos e Paiva (2007) consideram que a mídia exerce um relevante papel no debate e na implementação de todas as políticas públicas em curso no país. As autoras também levam em conta que o tema segurança está hoje entre os que mais despertam interesse, preocupação e medo na população brasileira. Com razão, os problemas relacionados ao aumento das taxas de criminalidade, à violência policial, rebeliões, fugas e corrupção, sobretudo nos grandes centros urbanos, necessitam de um cuidado especial na maneira de serem relatados pela mídia no Brasil.

“Eu peguei o tempo em que o policial batia no preso e o repórter não falava nada”, disse um repórter. Ao que outro jornalista, mais velho, retrucou: “Eu peguei o tempo em que o repórter batia no preso” (RAMOS, PAIVA, 2007, p. 15). As declarações retratam uma época em que a prática profissional e a ética do jornalista que cobria a área estavam pouco amadurecidas e, por isso, historicamente, a reportagem policial já foi um dos setores menos valorizados nos jornais, tanto assim que era atividade relegada a profissionais menos experientes. Quadro este, no entanto, muito diferente hoje – o que não significa dizer que há um consenso sobre tratar desse tema com a profundidade e seriedade necessárias (RAMOS, PAIVA, 2007), sobretudo em tempos de crescimento de jornais populares, que tradicionalmente investem em uma cobertura de espetacularização.

Na década de 1920, quando a experiência do ficcionalⁱ entrou em cena no jornalismo, as ocorrências policiais transformavam-se em narrativas mirabolantes nas mãos de repórteres policiais (BARBOSA, 2007). A descrição pormenorizada de crimes virava sensação nos periódicos da época e pauta para nomes consagrados da literatura brasileira, como Nelson Rodrigues. “A grande figura da redação era mesmo o repórter de polícia” (BARBOSA, 2007, *apud* RODRIGUES, 1993, p. 133).

Em meio aos extremos “grande figura da redação” nos anos 1920, como classificou Nelson Rodrigues, e “profissionais menos preparados” nas últimas décadas do século 20, conforme relatam as pesquisadoras Ramos e Paiva (2007), há o cenário

atual, no qual se percebe uso mais criterioso de recursos sensacionalistas e, mais do que isso, o incentivo à cobertura humana da violência e da segurança pública. Exemplo disso é o renomado Prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos – criado no Brasil em um período de forte censura com o objetivo de denunciar abusos de poderⁱⁱ – que, em 2010, premiou o repórter fotográfico do jornal *Diário Catarinense* Guto Kuerten, pelas imagens e vídeos que flagravam policiais militares batendo em um homem. A matéria, intitulada *Tortura em Domicílio*, na qual focaremos de forma mais minuciosa a seguir, tratou claramente do assunto como violência policial e rendeu desdobramentos envolvendo diferentes esferas do poder e da sociedade ao longo dos dias que se seguiram à publicação do material, em 7 de março de 2010.

Esse exemplo mostra que, se não se dá um tom “romanesco” ao fato jornalístico, como se observava na década de 1920, tampouco há subvalorização do tema, como muito se viu nos anos 1980 e 1990. Desse modo, partindo do pressuposto de que o jornalismo existe, na visão ocidental e democrática, para informar, analisar, explicar, contextualizar, educar, além de vigiar e controlar os poderes de indivíduos e instituições, “mesmo que se tratem de poderes legítimos, manifestados no sistema social” (SOUSA, 2002, p.58), assuntos de polícia são pauta recorrente nos veículos de comunicação em um país onde a violência e a criminalidade são tão acentuadas, como o Brasil. A exemplo do que relembra Park (1972, p.183), “a função da notícia é orientar o homem e a sociedade num mundo real”ⁱⁱⁱ e os meios de comunicação, no entendimento de Guerrero (2006, p.15, trad. nossa), “têm a capacidade de reforçar os valores, os costumes e as crenças que são compartilhados em uma sociedade”^{iv}.

De fonte oficial a “bandido da história”

Na manhã de 6 de março de 2010, uma equipe de reportagem do jornal *Diário Catarinense*, em Florianópolis, saiu para produzir imagens do clima a fim de estampar a capa da edição *online* do jornal. A manhã ensolarada rendeu belas fotos para o site e o repórter fotográfico, tão logo captou as imagens à beira-mar, foi para o carro, onde o motorista o aguardava, e começou ali mesmo a enviar as fotos para o editor do

diario.com.br – imagens que minutos depois estariam disponíveis na rede, com informações sobre a previsão do tempo para o restante do dia.

Enquanto conectava a internet 3G no computador portátil e utilizava o chip com as imagens capturadas pela máquina fotográfica, o motorista da equipe fez o alerta para o que estava ocorrendo a poucos metros do carro. Dois policiais se aproximavam de um homem que saía de um casebre. Depois de uma rápida conversa, outro homem saiu da casa, ao passo que o primeiro deixou o local. Em seguida, os dois policiais fardados com uniformes da Polícia Militar começaram a espancar o homem que ali estava. O repórter fotográfico abortou momentaneamente o envio das imagens do clima e registrou o espancamento, com suas lentes e com o auxílio do motorista do jornal, que filmava pelo celular tudo o que acontecia. Foram cerca de dez minutos de violência, registrados em 141 fotos. Terminado o espancamento, praticado com cassetete e um pedaço de pau, sem que a vítima reagisse, os policiais deixaram o local, onde permaneceu o homem agredido, conforme relato do repórter fotográfico que presenciou o fato.

De posse desse material, a redação estava diante de um ato que se configurava como violência policial, restando apenas encaminhar a matéria. O repórter policial Diogo Vargas ficou encarregado de resgatar a história e buscar seus desdobramentos. Para isso, ouviu o Centro de Operações da Polícia Militar, que não guardava registros do fato ocorrido pela manhã naquele casebre localizado na parte continental de Florianópolis. O secretário de Segurança do Estado, o comandante da Polícia Militar e um promotor da Justiça Militar foram selecionados como fontes para a matéria. Para completar, a equipe do jornal procurou o homem agredido, que, assustado, falou pouco, mas atendeu ao repórter e relatou sua versão dos fatos^v.

A conversa com a vítima foi registrada no texto do jornalista. Resultado: a matéria teve repercussão nacional e rendeu “suítes” no *Diário Catarinense*. O repórter Diogo Vargas contou ter sido esta uma das reportagens que mais lhe rendeu represálias^{vi}. Porém, a despeito das retaliações, a equipe foi finalista do Prêmio Esso

Regional Sul, além de o repórter fotográfico ter recebido o Prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos.

O estudo deste caso constata que a cobertura de violência ganhou, neste episódio, amplo tratamento, com envolvimento de todas as escalas da redação – do motorista ao editor-chefe, com aberto debate sobre o tratamento que seria dado ao fato que, vale ressaltar, tinha os policiais, naturalmente uma fonte oficial, na posição de “bandido”, de infrator. (Figura 1)

O papel do jornalista e a democracia

Do ponto de vista de Cláudio Abramo (1988, p.110), o papel do jornal é “defender o seu povo, defender certas posições, contar as coisas como elas ocorrem com o mínimo de preconceito pessoal ou ideológico, sem ter o preconceito de não ter preconceitos”. Para o autor, a ética do jornalista é a ética do cidadão. O que é ruim para o cidadão é igualmente ruim para o jornalista. A denúncia feita em maio de 2010 pelo *Diário Catarinense* vai ao encontro dos preceitos de Abramo, ao considerarmos que o catador de lixo, um sujeito socialmente desfavorecido, teve espaço na grande mídia, que o defendeu em detrimento da polícia, uma fonte oficial de forte presença na sociedade.

Porém, ao levarmos em conta o conceito de Waisbord, para quem “a imprensa focaliza as questões que são relevantes para os poderosos fazedores de notícias, para as fontes convencionais de notícias e para as audiências urbanas e mais ricas” (WAISBORD, 2009, p.2), cabe o questionamento: por que o catador de lixo apareceu na primeira página de um veículo da grande imprensa, lido pelas classes dominantes? Porque a mídia se alimenta da população de baixa renda de uma forma diferente. Sob a roupagem de proteção, faz uso de fatos e personagens com intuito de aumentar a tiragem e ser catalogado como socialmente justo perante o assinante que se intitula politizado.

Nesse sentido, reforça-se a ideia de que o jornalista e, de forma mais ampla, as redações dos jornais, revistas, televisões e sites são ambientes elitizados. Tomando por base a reflexão de Jorge Pedro Sousa (2002), de que a notícia é resultado da interação

de várias forças – dentre elas a ideológica e a cultural – pode-se fazer ilação com uma possível parcialidade ou até mesmo cobertura preconceituosa de temas como violência nas periferias, segurança pública e menores infratores.

Os jornalistas não são gente à parte da sociedade e, portanto, olham para o mundo com base nos mesmos valores e pressupostos que o resto da população, refletindo, em particular, os valores e a mundividência do seu próprio meio social. (...). Portanto, como a generalidade das pessoas, sente um impulso para conservar a ordem e a estabilidade da sociedade, condenando a dissidência e o desvio. Sendo o crime uma forma de desvio; sendo os criminosos gente que se afasta das normas de convivência social que dão coesão e impressão de ordem à sociedade, é possível que as notícias de crime, violência e outras reflitam os valores dominantes^{vii} (SOUSA, 2011, depoimento enviado por e-mail).

A temática, contudo, é polêmica e controversa. Na contramão dos argumentos de Jorge Pedro Souza, Mello (1999) coloca que “no que diz respeito à violência, em especial a violência urbana, a mídia é parcial. Os meios de comunicação (...) tomam partido, julgam e condenam” (p.138). Remetendo novamente ao objeto de análise deste trabalho, um autêntico caso de violência urbana, o que se viu nas páginas do jornal foi reflexo de uma extensão de valores morais e sociais dos jornalistas que trabalharam na cobertura? Ou, de outra forma, a mídia tomou partido do cidadão desfavorecido, julgando os policiais envolvidos – ou mesmo a polícia, de uma maneira mais ampla?

Fato é que, sendo os veículos de comunicação um dos instrumentos de conscientização e educação das massas, faz-se necessário o cuidado com a abordagem dos conteúdos sobre violência. A mais recente mudança que podemos apontar é a exigência de qualificação dos profissionais que atuam na área. A mudança na cobertura da violência é um reflexo de transformações internas nas redações, além de fatores externos, como o surgimento de prêmios a reportagens éticas, sem que seja possível, igualmente, ignorar fatores como mudança nas relações sociais, fortalecimento da democracia, aumento do nível educacional e cultural da sociedade e

o surgimento de entidades que levantam a bandeira dos Direitos Humanos. “Profissionais com formação mais sólida e universal ocupam funções antes restritas aos jornalistas cuja principal qualidade era a boa relação com a polícia” (JUNIOR; AZEVEDO, 2009, p.270).

O exemplo supracitado da reportagem *Tortura em Domicílio* corrobora com o pensamento de Junior e Azevedo (2009). Um repórter experiente foi designado para investigar o assunto. Somado a isso, o aparato tecnológico do qual dispunha a equipe de reportagem no momento do flagrante possibilitou o registro e a verificação dos fatos que, sem vídeos e fotos nítidos, ainda que feitos a certa distância, teriam impossibilitado a publicação da reportagem. “Onde quer que haja um bom mecanismo de registro, o serviço moderno de notícias trabalha com muita precisão” (LIPPMANN, 1972, p.189).

O jornalista apurou o caso, ouviu fontes oficiais e testemunhas oculares, seguindo a premissa de que, tão relevante quanto abordar a visão do profissional na cobertura de assuntos de segurança pública é falar das fontes – patrimônio do bom jornalista. Traquina (2004) define o que chamamos de fontes:

Para os jornalistas, qualquer pessoa pode ser uma fonte de informação. Uma fonte é uma pessoa que o jornalista observa ou entrevista e que fornece informações. Pode ser potencialmente qualquer pessoa envolvida, conhecedora ou testemunha de determinado acontecimento ou assunto. Um dos aspectos fundamentais do trabalho jornalístico é cultivar as fontes (TRAQUINA, 2004, p.190).

Aldo Schmitz (2010) complementa:

Fontes de notícias são pessoas, organizações, grupos sociais ou referências; envolvidas direta ou indiretamente a fatos e eventos; que agem de forma proativa, ativa, passiva ou reativa; sendo confiáveis, credíveis ou duvidosas; de quem os jornalistas obtêm informações de modo explícito ou confidencial para transmitir ao público, por meio de uma mídia (SCHMITZ, 2010, p. 25).

Cremilda Medina, ao participar da Sétima Semana de Jornalismo, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em 2008, pontuou acerca dessa relação. “Jornalista não é *office-boy* da fonte, que leva a informação para a sociedade, ele é, sobretudo, um grande mediador social”.

No caso da reportagem *Tortura em Domicílio*, o conteúdo foi veiculado com destaque, ainda que um órgão oficial do Estado estivesse em posição fragilizada na história, e as imagens da violência puderam propiciar a reflexão por parte da população sobre o abuso de poder das autoridades policiais de Florianópolis. Por fim, a “suíte” do dia seguinte trazia a informação de que ambos os soldados autores do espancamento haviam sido afastados do serviço de policiamento ostensivo da Polícia Militar. Dali por diante, fariam apenas trabalhos administrativos dentro do quartel. (Figura 2)

Tecnologia a serviço do jornalismo

O jornalista, além de obedecer aos critérios da profissão, precisa de *feeling* e de certo ceticismo em relação a quem os informa (ABRAMO, 1988). Considerando que as fontes são peças importantes para legitimar o discurso (GENRO FILHO, 1987), é preciso salientar a pluralidade de vozes para a produção de reportagens precisas, inclusive no âmbito da violência. Ao prestar um serviço à sociedade, o profissional de jornalismo ouve desde bandidos, representantes oficiais da sociedade, até a vizinhança onde ocorreu o fato.

Os suportes digitais facilitam a captação de informações das fontes, até mesmo em situações adversas. A título de exemplo, o atentado terrorista que deixou 76 mortos em Oslo, na Noruega, na sexta-feira 22 de julho de 2011. As imagens que estampavam a edição de *Veja*^{viii} que chegou às bancas de todo o Brasil no domingo seguinte, além de inúmeros sites de notícias mundo afora, haviam sido, em sua maioria, registradas não por jornalistas, mas por pessoas que ocasionalmente presenciaram o acontecimento e dispunham de celulares com funções de foto e vídeo.

Houve um tempo em que o jornalista era dependente exclusivamente dos Boletins de Ocorrência e que a primeira função do “pauteiro”, ao chegar à redação, era fazer a “ronda policial”. Assim, quando algum assunto se apresentava como de interesse jornalístico, o texto era meramente descritivo e repleto de declarações do delegado, do juiz ou do promotor. O cenário mudou, como revela o flagrante de violência registrado pelo repórter fotográfico do *Diário Catarinense*. Munido de um equipamento fotográfico digital capaz de registrar imagens com qualidade técnica, ainda que distante do objeto fotografado, e, sobretudo com alta capacidade de armazenamento de fotos, o profissional registrou, nos cerca de dez minutos de violência a que presenciou, um total de 141 imagens. Somado a isso, o auxílio do celular que possibilita a produção de vídeos, também com imagens nítidas apesar da distância e de a captação ter sido feita no interior de um veículo, muniu a equipe de um farto material para a veiculação da reportagem. Dessa forma, o contato com as fontes de segurança pública se deu não com intuito de captar “pauta”, e sim com o propósito de buscar explicações para o fato presenciado nas ruas e contextualizar o acontecimento.

Reflexo de que cada vez mais valoriza-se a pluralidade de vozes nas matérias, sobretudo em tempos de informação veloz que chega pela internet, impondo como requisito básico ao jornalismo impresso e televisivo a interpretação e contextualização dos fatos:

O foco amplia-se. Antropólogos, sociólogos e psicanalistas interpretam chacinas, debatem a ação de traficantes, contextualizam abusos da polícia. A transformação desfaz o monopólio de policiais, magistrados e promotores na interpretação da violência no país (JUNIOR; AZEVEDO, 2009, p.269).

Outro aspecto que acompanha os profissionais da notícia são as novas tecnologias e as redes sociais. Nos últimos anos, houve um crescimento acentuado sobretudo no uso do *Facebook*, atualmente com quase 700 milhões de usuários, segundo dados do *World Map of Social Networks*^{ix}. Por meio de mecanismos dessa natureza, o jornalista tem acesso a inúmeras fontes especializadas, testemunhas oculares e declarações sob perspectivas diferentes. Para exemplificar a importância

dessas ferramentas, em novembro de 2010, um morador do morro do Adeus, no Rio de Janeiro, colaborou com toda a imprensa brasileira divulgando informações para ajudar nas reportagens sobre a invasão da polícia no Complexo do Alemão. Com 17 anos, René Silva tuitava em tempo real o que via da janela de sua casa, no Rio de Janeiro. Ele estava onde o repórter não podia estar naquele momento, corrigia informações equivocadas divulgadas pela imprensa porque conhecia o território melhor que qualquer jornalista profissional.

A situação revela a facilidade e o benefício proporcionados pela tecnologia, mas, por outro lado, suscita um alerta: os repórteres correm o risco de acomodar-se produzindo matérias de dentro das redações sem observar de perto a realidade. A rua sempre foi e continua sendo o laboratório do jornalista e é lá onde deve ocorrer o processo de pesquisa e de apuração da notícia. Os dados disponíveis nas redes sociais servem de complemento para a produção de reportagens. Além disso, cabe redobrar os cuidados com as fontes encontradas através de suportes tecnológicos. No mundo contemporâneo, com a força das redes sociais na internet, o profissional de jornalismo fortalece e amplia seu campo de visão, mas precisa ter olhos hábeis para enxergar os fatos em meio a um emaranhado de informações.

Considerações finais

Longe de ser um artigo que traga alguma conclusão fechada, este texto teve o propósito, a partir de um panorama histórico da cobertura jornalística sobre temas relacionados à segurança, polícia e violência, de induzir os leitores a pensar nas mudanças que vêm ocorrendo na cobertura midiática quando o assunto é a violência e a segurança pública no Brasil.

Se antes o repórter “batia no bandido”, nos dias de hoje, reportagem que denuncia abuso de poder é digna de prêmio jornalístico. Da mesma forma, a editoria outrora Policial, em muitos jornais Brasil afora adquiriu diferentes nomes, como, por exemplo, Vida Pública e Segurança – para englobar, nessa seção, assuntos públicos da sociedade civil que incitam a mudança de atitude por parte dos governos e da

sociedade. Essas mudanças de postura, entretanto, não são sinônimo de um tratamento profundo e sério do tema segurança pública, especialmente porque a atual realidade midiática engloba os jornais populares, que investem em uma cobertura de espetacularização e, em alguma instância, representam concorrência à grande mídia.

O artigo buscou salientar a importância da pluralidade de vozes nas reportagens policiais e a possibilidade de ouvir as fontes não-oficiais para reforçar a qualidade do relato jornalístico. Para tal, os jornais buscam profissionais mais preparados para cobrir segurança pública. Dessa forma, a grande mídia se alimenta dos assuntos de violência para engordar a audiência, mas sob a roupagem de denúncia e proteção ao cidadão comum. Também tivemos o intuito de tratar da mudança no acesso às fontes com o advento da internet e mostrar que, apesar da facilidade e da amplitude da tecnologia, o processo de produção da notícia carece de cuidados. As redes sociais são ferramentas que auxiliam o jornalista, não o início e o fim na tarefa de fazer jornalismo.

Os jornais, como prestadores de serviço à sociedade que são, precisam ser usados para informar e causar mobilização social diante dos problemas que concernem a qualquer tipo de violência. E, no episódio estudado neste artigo, o jornalismo conhecido como fiscalizador do governo se colocou como fiscalizador de uma instituição do Estado: a polícia.

Referências

ABRAMO, Cláudio. **A regra do jogo: o jornalismo e a ética do marceneiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo**. Porto Alegre: Tchê, 1987.

GUERRERO, Manuel Alejandro. **Medios de comunicación y la función de transparencia**. Mexico: Instituto Federal de Acceso a la Información Pública (IFAI), 2006.

JUNIOR, Carlos Roberto; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli. **A mudança no perfil da cobertura da imprensa dos assuntos relacionados à violência: um estudo de caso.** IV Mostra de Pesquisa da Pós-Graduação PUC/RS, 2009. Disponível em: <http://www.pucrs.br/edipucrs/IVmostra/IV_MOSTRA_PDF/Ciencias_Sociais/72067-CARLOS_ROBERTO_FIALHO_ETCHICHURY_JUNIOR.pdf>. Acesso em 30 junho 2011.

LIPPMANN, Walter. **A natureza da notícia.** In: STEINBERG, Charles S. (Org.). *Meios de Comunicação de Massa*. São Paulo: Cultrix, 1972, pp. 186-198. 2ª edição.

Mello, S. L. (1999) **A violência urbana e a exclusão dos jovens.** In B. B. Sawaia (Org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social* (pp. 129-140). Petrópolis: Vozes.

PARK, Robert E. **A notícia como forma de conhecimento: um capítulo na sociologia do conhecimento.** In: STEINBERG, Charles S. (Org.). *Meios de Comunicação de Massa*. São Paulo: Cultrix, 1972, pp. 168-185. 2ª edição.

RAMOS, Silvia; PAIVA, Anabela. **Mídia e violência: tendências da cobertura de criminalidade e segurança no Brasil.** Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

SCHIMITZ, Aldo. **O que é fonte jornalística, 2010.** Disponível em:<<http://fontespautam.wordpress.com/2010/02/08/o-que-e-fonte-jornalistica/>> Acesso em 30 junho 2011.

SOUSA, Jorge Pedro. **Teorias da notícia e do Jornalismo.** Chapecó/Florianópolis: Argos/Letras Contemporâneas, 2002.

_____.Maia, Portugal, maio de 2011. Entrevista concedida (por e-mail) às autoras.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo.** Florianópolis: Insular, 2004.

VARGAS, Diogo. Florianópolis, Brasil, maio de 2011. Entrevista concedida (por e-mail) às autoras.

WAISBORD, Silvio. **A sociedade civil pode mudar o jornalismo? A experiência do jornalismo de defesa civil na América Latina.** Brazilian Journalism Research, vol. 2, nº 1, p. 2-15, 2009.

Figura 1

Capa da edição de 7 de março de 2010 do *Diário Catarinense*



Figura 2

“Suíte” da matéria sobre violência policial, publicada em de 8 de março de 2010 pelo *Diário
Catarinense*

Polícia



A cena
VIOLÊNCIA POLICIAL
10 minutos de tortura

Na edição de domingo, o DC publicou reportagem que mostra o flagrante de dois policiais militares espancando um homem desarmado na manhã de sexta-feira, em sua casa, no Bairro Coqueiros, parte Continental de Florianópolis.

Durante 10 minutos (das 9h30min às 9h40min), a reportagem testemunhou de longe os dois policiais agredindo o homem, que não reagiu em nenhum momento. A vítima levou tapas no rosto e golpes de cassetete e de um pedaço de pau. A cena foi registrada em 141 fotos.

Depois das agressões, os militares fardados foram embora em um carro da Polícia Militar. O homem agredido ficou na casa. Dentro do carro da PM, havia uma mulher não identificada.

O Centro de Operações da Polícia Militar (Copolm) informou que a única ocorrência registrada na manhã de sexta-feira na região foi às 8h12min. Uma mulher de um condomínio no Bairro Itaguáçu, perto de Coqueiros, denunciou que haveria um homem de bermuda branca que estaria armado e em atitude suspeita. O Copolm informou ao DC que nada foi constatado.

Ainda na sexta-feira, o DC mostrou as imagens ao comandante geral da PM em SC, coronel Eliésio Rodrigues, e ao promotor de Justiça Sidney Eloy Dalabrida. Os dois informaram sobre a abertura de inquérito policial militar para investigar os supostos crimes. O secre-



Homem mostrou as marcas nas costas e na perna provocadas por espancamento na manhã de sexta-feira

FLAGRANTE PMs são afastados

Comando tirou do policiamento dois soldados que agrediram catador

DIOGO VARGAS

O comando da Polícia Militar de Santa Catarina afastou os dois policiais militares flagrados pelo *Diário Catarinense* espancando um homem na manhã de sexta-feira, em Florianópolis. A partir de hoje, eles vão trabalhar em serviços administrativos no quartel e estão impedidos de atender ocorrências policiais.

A medida foi decidida em reunião entre o comandante geral da PM, coronel Eliésio Rodrigues, e o comandante do 22º Batalhão da PM, tenente-coronel Almir Silva. O capitão André Alves, da Comunicação Social da PM, disse, ontem, que os dois policiais foram identificados ainda na sexta-feira, depois que as imagens da violência foram mos-

tradas ao coronel Eliésio. A reportagem sobre o flagrante foi publicada na edição de ontem do DC.

O capitão informou que os policiais que apareceram agredindo um homem no Bairro Coqueiros com cassetete e pedaço de pau são soldados do 22º BPM, que cuida do policiamento do Continente. A PM ainda não divulgou os nomes deles, o que pode acontecer hoje.

Os policiais serão ouvidos nesta semana. A versão para o motivo das agressões fará parte de três investigações internas da PM: inquérito policial militar, processo administrativo disciplinar e conselho de disciplina.

Em conversa com os seus superiores após o comando ter visto as imagens do flagrante, os soldados teriam dito que o fato ocorreu porque estavam atrás de um homem que andava pelado na rua.

A suposta ocorrência de atentado

violento ao pudor contra uma mulher, relatada pelos policiais, teria acontecido no Bairro Itaguáçu, perto do Bairro Coqueiros, onde mora o homem agredido.

A mulher ficou no carro da PM enquanto os policiais espancavam o homem. Depois da surra, que durou 10 minutos, os soldados foram embora sem prender ninguém ou comunicar o caso à 4ª Delegacia da Polícia Civil, em Coqueiros.

O promotor que atua na Justiça Militar, Sidney Eloy Dalabrida, acompanhará a investigação contra os policiais. Ao ver as imagens, ele constatou que pelo menos quatro crimes podem ter sido cometidos: lesão corporal, constrangimento ilegal, ameaça e tortura. Segundo ele, se forem condenados os PMs podem ser punidos com penas como prisão e perda da função pública.

diogo.vargas@diario.com.br

Vítima não deve denunciar agressores

Sem sair de casa a maior parte do tempo, assustado e com medo de sofrer nova violência, o homem espancado pelos policiais militares admitiu que mostrou parte do corpo a uma mulher, na rua. Foi quando andava no Bairro Coqueiros, na sexta-feira de manhã. Contou que teve um impulso, mas negou que tivesse atacado alguém ou tido algum contato com a mulher.

- Eu tenho esses impulsos. Quero

me tratar - afirmou, ontem, dizendo-se arrependido.

Na sexta-feira, em rápida conversa com a reportagem, havia afirmado que tinha ocorrido apenas um mal entendido com os policiais. Ainda recoso em aparecer, declarou ontem que não conhecia os policiais ou a mulher, mas que já tinha sido vítima de violência policial em outra ocasião por outros motivos.

Com a família distante, ganha a

vida com a coleta de material reciclável e mora só. Colegas disseram que vez ou outra costuma tirar a roupa na rua, provocando a ira de pedestres. A vítima dos policiais apresenta marcas do espancamento nas pernas e costas.

O rapaz comentou que, mesmo com o flagrante da violência, não dará queixa dos militares se sentir-se ameaçado ou apanhar de novo.

Opinião dos
internautas



O mau uso da farda por parte dos policiais tem sido uma constante. É bom a corporação rever a conduta daqueles que deveriam agir na forma de lei

Elias Gonçalves
Braço do Norte

Que agressão? Não vi agressão nenhuma, só toques com o cassetete.

Amauri
Florianópolis

Se este homem covardemente e espancado fosse um bandido perigoso ou um traficante, eles jamais faziam isso, mas como é pobre e desempregado, abusam do poder. São bandidos fardados.

Lu
Florianópolis

Conforme li, ele disse ter trocado de roupa na rua e uma mulher o denunciou. O mesmo bônito que critica a polícia criticaria se fosse sua filha?

Fernando A.
São José

Quem tá na linha de frente é a PM. Quem um dia vai ter de defender é a PM e quem não gosta é quem fuma maconha, bate na esposa, enfim, é marginal.

Leonardo
Correia Pinto

Mais uma vez, o noticiário relatando uma barbárie desses facinoras que, com essas atitudes, podem ser classificados como bandidos fardados. Imaginem o que acontece nas periferias onde pessoas não têm a mídia ao seu lado.

Célio Nardes
Palhoça

ODC não flagra tráfico, estupro, assalto, mas quando a polícia vai pegar alguém desarmado o repórter está por perto.

Flavio Araujo
Blumenau

Quando um cidadão de bem discorde de qualquer policial, é preso por desacato à autoridade. Que autoridade? Funcionário que é obrigado a usar uniforme, recebe do governo [incaixa impostos], age sem noção do que é legal?

Enio
Porto Velho (RO)

O fato é lamentável, trabalho nesta corporação e sei que esse é um fato isolado. Somos guardiões da segurança do povo catarinense, devemos honrar os princípios e direitos constitucionais. Só poderemos sanar essa situação com a devida apuração criminal.

Thiago Medeiros
Florianópolis

O meu medo é que esses PMs não sejam exonerados. Pelas fotos, um parece ar



ⁱ Por “experiência do ficcional”, neste artigo, entende-se a mescla entre a realidade dos fatos jornalísticos e a ficção comum ao universo literário (BARBOSA, 2007).

ⁱⁱ O Prêmio Vladimir Herzog de Direitos Humanos foi instituído em 1978, época de ditadura militar no Brasil. O objetivo da premiação era estimular os jornalistas a denunciar abusos decorrentes da forte censura.

ⁱⁱⁱ Texto de Park no idioma original: "The function of news is to guide **the** man and society in a real world".

^{iv} Texto de Guerrero no idioma original: “**Los medios de comunicación (...) tienen La capacidad de reforzar y legitimar los valores, las costumbres y las creencias que se comparten en una sociedad**”.

^v Conversa das autoras com o repórter fotográfico Guto Kuerten.

^{vi} Entrevista com o jornalista Diogo Vargas, realizada por e-mail pelas autoras, em 4 de junho de 2011.

^{vii} Entrevista com Jorge Pedro de Sousa, realizada por e-mail pelas autoras, em maio de 2011.

^{viii} Edição da revista *Veja* de 27 de julho de 2011, que trouxe na capa uma foto de policiais carregando uma vítima do atentado. A imagem da pessoa ensanguentada, estampada na capa da principal revista semanal brasileira, levanta o questionamento sobre os padrões éticos adotados pelo veículo no que se refere à exposição do público a cenas explícitas de violência como forma de suscitar uma maior compreensão da notícia.

^{ix} Disponível em <<http://www.vincos.it/world-map-of-social-networks/>>. Acesso em 19 de julho de 2011.

***Ana Paula Bandeira** é mestrandia em Jornalismo na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com especialização em Novas Mídias, Rádio e TV pela Universidade de Blumenau (FURB).

****Suzana Rozendo** é mestrandia em Jornalismo na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).